



Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Saúde

Deputada Maria Antónia Almeida Santos

S. Bento, 30 de novembro de 2012

Assunto: Proposta de Audição do Diretor do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, Dr. António Diniz

No dia 1 de dezembro assinala-se o Dia Mundial de Luta Contra a Sida. O Bloco de Esquerda partilha as preocupações de muitos cidadãos para com a situação da epidemia em Portugal bem como do seu diagnóstico e tratamento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde a identificação do VIH/SIDA, mais de 60 milhões de pessoas foram infetadas em todo o mundo. Em 2011, havia 34,2 milhões de pessoas com VIH em todo o mundo, 3,4 milhões das quais eram crianças; neste ano, terão morrido 1,7 milhões de pessoas com SIDA.

Em Portugal, o primeiro caso de VIH/SIDA foi diagnosticado no final de 1983. De acordo com o relatório “Infecção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2011”, do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA), publicado em junho de 2012, desde 1983 foram notificados e diagnosticados 16880 casos de SIDA, 9024 dos quais estão vivos e 7856 mortos. No que concerne aos casos sintomáticos Não-SIDA, desde 1983 foram diagnosticados e notificados 4160 casos, 3617 vivos e 543 mortos. No que diz respeito a

portadores assintomáticos, desde 1983 foram diagnosticados e notificados 19995 casos, 19077 dos quais estão vivos e 918 mortos.

A prevenção é a melhor forma de combater o VIH/SIDA, doença que não tem cura conhecida. Como tal, e atendendo às formas de transmissão da doença acima enunciadas, (refira-se que, nos últimos anos, os casos de transmissão de mãe para filho são quase inexistentes, devido à intervenção médica precoce) é fundamental a utilização de preservativo nas relações sexuais e a não partilha de agulhas por parte de consumidores de estupefacientes injetáveis.

Neste sentido, ao longo dos últimos anos têm vindo a ser implementados, entre outros, programas de distribuição de preservativos e de troca de seringas. A Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA, estrutura tutelada pela Direção Geral de Saúde (DGS), do Ministério da Saúde, tem vindo a promover diversos programas de prevenção, como sejam o financiamento de entidades através do programa ADIS/SIDA ou através do protocolo com a Associação Nacional de Farmácias (ANF) para a implementação do programa de troca de seringas nas farmácias.

Em outubro de 2009, foi criado o Fórum Nacional da Sociedade Civil (FNCS), sendo uma estrutura da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA (Despacho n.º 22811/2009, publicado a 15 de outubro de 2009). Aquando da sua constituição, o FNCS tinha dezassete membros, entre os quais se encontram a ILGA Portugal, a Associação para ao Planeamento da Família (APF) ou a Liga Portuguesa Contra a SIDA. Atualmente, o FNCS conta com mais de 20 membros.

Este Fórum emitiu há dias um comunicado indicando que se encontra em rutura eminente o *stock* de preservativos femininos e masculinos, situação que motivou já várias respostas negativas a pedidos de fornecimento que foram efetuados por membros da FNCS.

Por outro lado, terminou no dia 27 de novembro o protocolo celebrado entre o Ministério da Saúde e a ANF para troca de seringas sem que esteja garantida a sua continuação. Este programa, cuja monitorização e avaliação parecem ser escassas, terá permitido a troca de 2 milhões de seringas anualmente. No ano transato, registou-se uma quebra abrupta no número de trocas efetuadas, sem que haja sinais de uma redução do número de novos toxicod dependentes a recorrerem ao Serviço de Intervenção no Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD).

O Diretor do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, Dr. António Diniz, tem reconhecido e explicado publicamente as dificuldades sentidas por este programa, asseverando o seu cariz transitório. No entanto, os problemas subsistem e parecem agudizar-se.

Num momento em são notórios os cortes na despesa e no financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), é fundamental saber qual a verba disponível para o Programa Nacional para a Infecção VIH/Sida bem como quais os objetivos que orientam a sua ação.

Perante a agudização drástica das dificuldades e da crise social, a probabilidade de aumento da infecção por VIH cresce também, como aliás reconheceu o Dr. António Diniz referindo, em declarações à comunicação social, que “as condições sociais e a escassez de recursos financeiros podem levar a que a infecção sofra agravamento” acrescentando que “na Grécia há relatos de que a taxa de infecção dos usadores de droga disparou”.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda considera fundamental conhecer, discutir e esclarecer qual é a situação do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA, dos seus programas, financiamento e planificação da atividade.

Não é concebível nem aceitável que se possam verificar ruturas no fornecimento de preservativos ou a interrupção do programa de troca de seringas. As medidas de prevenção da infecção são fundamentais e não podem ser encaradas com ligeireza.

Urge também esclarecer qual o futuro dos Centros de Rastreio Anónimo bem como o destino que está a ser dado às verbas provenientes dos jogos sociais, que deveriam ser canalizadas para a Coordenação Nacional para a Infecção VIH.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a audição do Diretor do Programa Nacional para a Infecção VIH/Sida, Dr. António Diniz.

O Deputado do Bloco de Esquerda,



João Semedo